

Audiência Pública: “Uso medicinal da maconha”

Objetivos e participantes

A audiência teve como objetivo discutir o uso medicinal da maconha com representantes da sociedade civil, órgãos públicos e pesquisadores.

Participaram da audiência:

- O defensor público federal André Carneiro Leão;
- Representantes do Grupo de Mães Independentes;
- Representantes do Cannape;
- Representantes do Acolher;
- Representantes do AMME;
- Representantes do Reforma;
- Representantes da Marcha da Maconha;
- Representantes da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco;
- Representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco;
- Representantes do Cremepe;
- Representantes do Alepe;
- Representantes da Secretaria Estadual de Saúde;
- Representantes do Ministério da Saúde;
- Representantes da Comissão de Saúde da OAB-PE;
- Representantes do Conselho de Psicologia;
- Representantes da Procuradoria Regional da República da 5º Região;
- Representantes do Conselho Municipal de Política sobre Drogas;
- Representantes do Imip; e
- Professores e pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco e da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Descrição Geral

A Defensoria Pública da União (DPU) no Recife, por meio do defensor regional de Direitos Humanos de Pernambuco (DRDH/PE), André Carneiro Leão, promoveu uma audiência pública sobre o uso medicinal da maconha no dia 5 de novembro de 2019, no bairro da Boa Vista.

Destaques

Para o defensor regional de Direitos Humanos de Pernambuco, André Carneiro Leão, o retorno da audiência foi positivo. “Nós conseguimos ouvir diversos saberes: as mães, os acadêmicos e representantes do poder público.”

André Carneiro Leão destacou, ainda, que os encaminhamentos da audiência pública sobre o uso medicinal da maconha serão divididos em três partes. A primeira diz respeito à liberação do cultivo da maconha para fins de pesquisa nas Universidades Federal e Rural de Pernambuco. A segunda é das associações, que gostariam de cultivar e produzir o extrato para os seus associados. A terceira, e mais urgente, se relaciona às mães que já cultivam e fazem o uso do óleo com seus

filhos, mesmo existindo o medo de prisão. A área criminal da DPU no Recife acompanhou tais casos. Também foi pedido para que a DPU consultasse a possibilidade de produção do medicamento por um laboratório público, o Lafepe. Também houve um pedido para que esse debate se estendesse para o Cremepe, a partir de uma provocação da própria Defensoria. E, por fim, houve uma proposta de capacitação dos agentes de saúde e médicos do SUS na temática.